



Moção

Contra a Reforma do setor das águas proposta pelo Governo PSD/CDS

Praticamente em final de mandato e, aparentemente, ainda não totalmente satisfeito com o conjunto de medidas com que, ao longo de 4 anos, destruiu grande parte do nosso tecido económico e empobreceu os Portugueses, o Governo acaba de aprovar em Conselho de Ministros uma dita “reforma” do setor das águas que (a ser levada adiante) mais não será do que abrir a porta para uma futura privatização deste setor e concretizar um aumento brutal das tarifas a pagar pelos consumidores finais.

A criação de 5 novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, visando (segundo o Governo) promover uma “harmonização tarifária” entre o interior e o litoral, representa, em termos práticos, um novo esbulho às Câmaras Municipais e um novo rombo nas algibeiras dos portugueses.

Recordamos que a Câmara Municipal de Sintra aprovou em Dezembro de 2014, por unanimidade, um parecer contra a proposta do Ministério do Ambiente de juntar num só os sistemas de abastecimento e saneamento de águas de 86 municípios da zona de Lisboa e Vale do Tejo. Muitos outros municípios se pronunciaram (e continuam a pronunciar) contra esta medida do Governo que contraria os princípios constitucionais da autonomia local, da descentralização e da subsidiariedade do Estado. O desrespeito pela autonomia local é de tal forma flagrante que o novo concedente desta exploração poderá, unilateralmente e se assim o entender, descativar equipamentos em utilização (como estações de tratamento de águas) inutilizando, por mero despacho de conveniência bens e investimentos do município.

Se esta dita “reforma” se concretizar os municípios de Sintra verão um aumento considerável da sua fatura da água. Segundo estudos feitos, prevê-se que, durante o período de convergência (2015 a 2020) o aumento da tarifa de saneamento seja de cerca de 77%. Além disso, segundo contas da autarquia, Sintra terá, ainda, de pagar nos próximos cinco anos mais 530 mil euros pela água entregue pela EPAL.

Assim a Assembleia Municipal de Sintra, reunida em Sessão Ordinária em 14 de abril de 2015, delibera:

- repudiar esta “reforma” proposta pelo Governo, quer pelo desrespeito que evidencia pela autonomia do Poder Local, quer pelos graves prejuízos que acarretará para os municípios de Sintra, em função do brutal aumento nas faturas da água e do esbulho no próprio orçamento municipal, diminuindo os recursos disponíveis para servir os municípios;



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- solicitar à Câmara Municipal de Sintra que, em conjunto com as restantes Câmaras que integram a Sanest, desenvolva todas as ações ao seu alcance para travar este processo, incluindo o recurso à via judicial;
- enviar esta Moção para o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro do Ambiente e todos os Grupos parlamentares da Assembleia da República e Órgãos da comunicação social local e nacional.

Sintra, 14 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas



**Moção apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Socialista – PS.
APROVADA POR UNANIMIDADE**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Palácio Valenças - Rua Visconde de Monserrate - 2710-591 SINTRA
Telefone: + 351 21 923 69 01/2
Fax: + 351 21 923 69 06
Email: ams@cm-sintra.pt
Site: assembleiamunicipal.cm-sintra.pt

